



Andreia Silva **Preditores de *Dropout*: Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade**

UMinho | 2019

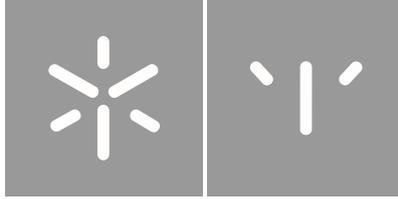


Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Andreia Fernandes da Silva

Preditores de *Dropout*: Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade

junho de 2019



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Andreia Fernandes da Silva

Preditores de *Dropout*: Intervenção com
Perpetradores de Violência na Intimidade

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho realizado sob a orientação da
Doutora Olga Cunha e do

Professor Rui Abrunhosa Gonçalves

junho de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Braga, ...h... de ...Junho... de 2019

Andreia Fernandes da Silva

Agradecimentos

À Doutora Olga Cunha por toda a orientação, disponibilidade, boa disposição e tempo investido nesta dissertação! Aprendi muito consigo. Parabéns pela excelente profissional que é!

Ao meu grupo de investigação: ao Professor Doutor Rui Abrunhosa agradeço o seu encorajamento e ensinamentos ao longo deste ano, à Professora Doutora Andreia Rodrigues pelo seu olhar atento e pelas críticas construtivas, à Professora Doutora Ana Rita pelo seu contributo indispensável na melhoria deste projeto, e às minhas colegas pelo companheirismo.

Aos meus pais, que sempre fizeram e fazem tudo por mim. Devo-vos muito do que sou hoje. Vocês são os melhores do mundo e merecem todos os agradecimentos possíveis! Adoro-vos!

Ao meu irmão por estar lá e me fazer rir nos momentos mais stressantes deste percurso!

Aos meus primos, Miguel e Paulo, por acreditarem em mim mais do que eu própria!

A toda a minha família! Todos contribuíram e contribuem para aquilo que sou hoje.

Às minhas amigas mais espetaculares de sempre por me apoiarem e nunca me deixarem ir a baixo. Obrigada pela vossa força e ajuda. Sem vocês isto teria sido muito mais difícil!

Aos meus amigos de uma vida, por simplesmente existirem.

Ao João por acreditar em mim e me dar força todos os dias. A ti, um especial obrigado!

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Braga, ...h... de ...Junho... de 2019

Andreia Fernandes da Silva

Preditores de *Dropout*: Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade

Resumo

No presente estudo pretendeu-se analisar as diferenças entre indivíduos perpetradores de violência em relações de intimidade (VRI) que concluíram e que desistiram do Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC), ao nível das características sociodemográficas, jurídico-penais e intrapessoais e identificar as variáveis que melhor predizem o *dropout* da intervenção. Os dados foram recolhidos por recurso a medidas de autorrelato. A amostra do presente estudo é constituída por 83 perpetradores de VRI do sexo masculino, sendo que 47 dos participantes concluíram a intervenção. Os resultados revelaram que a idade, as habilitações literárias, a situação profissional, as crenças face à violência e a agressividade constituem-se como preditores do *dropout*. Assim, indivíduos mais jovens, com habilitações literárias superiores, inativos profissionalmente, com mais crenças legitimadoras da VRI e com menores níveis de agressividade evidenciam uma maior probabilidade de desistir do programa de intervenção. As implicações práticas dos resultados obtidos serão exploradas e discutidas.

Palavras-chave: *Dropout*, Intervenção, Perpetradores de violência em relações de intimidade, Preditores, Violência na intimidade

Predictors of dropout: Intervention with perpetrators of intimate violence

Abstract

In the present study we aimed to analyze the differences between perpetrators of intimate partner violence (IPV) that concluded the Promotion and Intervention Program with Marital Offenders (PPRIAC) and perpetrators that dropped out, in terms of sociodemographic, criminal and intrapersonal characteristics. In addition, we also aimed to identify the variables that best predict the dropout. Data were obtained through self-report measures, from a sample that included 83 male IPV perpetrators, 47 of them completed the intervention. The results revealed that age, education, professional status, attitudes toward marital violence and aggression were predictors of dropout. As so, younger perpetrators, with higher educational qualifications, professionally inactive, with more IPV legitimating beliefs and with lower levels of aggression were more likely to dropout from the intervention program. The practical implications of the results obtained were explored and discussed.

Keywords: Dropout, Intervention, Perpetrators of intimate violence, Predictors, Violence in intimacy

Índice

Preditores de <i>Dropout</i> : Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade	8
Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais – PPRIAC.....	14
Método.....	15
Participantes	15
Instrumentos.....	18
Procedimento.....	19
Análise dos dados	20
Resultados	21
Discussão.....	26
Contributos e Limitações	29
Referências	32
Anexos	38
Anexo A.....	39

Índice de tabelas

Tabela 1	Características sociodemográficas, jurídico-penas e intrapessoais da amostra.....	16
Tabela 2	Diferenças entre os dois grupos ao nível das variáveis sociodemográficas.....	22
Tabela 3	Diferenças entre os dois grupos ao nível das variáveis jurídico-penais.	23
Tabela 4	Associação entre a conclusão ou não do PPRIAC e o estágio motivacional.	24
Tabela 5	Diferenças entre os grupos ao nível dos instrumentos de avaliação.....	24
Tabela 6	Modelo de Regressão Logística para prever o <i>dropout</i> da intervenção.	25

Preditores de *Dropout*: Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade

A violência em relações de intimidade (VRI) continua a ser alvo de preocupação, dada a sua relevância a nível individual, social, político e legal.

A VRI caracteriza-se por um “comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual e comportamentos controladores”, perpetrados por cônjuges e parceiros atuais e/ou passados (Organização Mundial de Saúde, 2010, p. 11). Pese embora a VRI possa ser praticada tanto por homens como por mulheres, esta é perpetrada em maior escala por homens. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (Sistema de Segurança Interna, SIS, 2019), verificou-se que 78.6% das vítimas de violência doméstica eram mulheres e 83.5% dos denunciados eram homens. Constatou-se, ainda, que 69.8% dos crimes ocorriam em relações de intimidade (SIS, 2019). Como tal, o presente estudo foca-se nos casos de VRI perpetrados por indivíduos do sexo masculino contra as suas parceiras ou ex-parceiras, por questões referentes ao tipo de programa de intervenção avaliado.

Face a esta realidade e com o intuito de promover a eliminação da violência contra as mulheres foram desenvolvidas um conjunto de medidas sociais e legais, entre as quais se incluem os programas de intervenção, para agressores conjugais (e.g., Cunha & Gonçalves, 2014; Gover, Jennings, Davis, Tomsich, & Tewksbury, 2011; Scott, King, McGinn, & Hosseini, 2011). A resposta política e social a esta questão surgiu nos anos 70 (e.g., Ferrer-Perez & Bosch-Fiol, 2016), com inúmeros programas a inspirarem-se no *Domestic Abuse Intervention Project* (modelo de *Duluth*) (Pence & Paymar, 1993), desenvolvido no estado de Minnesota, Estados Unidos (e.g., Manita, 2005). No entanto, em Portugal, os primeiros programas de intervenção para agressores conjugais floresceram apenas no final dos anos 90 (Manita, 2008), sendo que atualmente são conhecidos alguns programas em vigor (Gonçalves & Cunha, 2018). É o caso do Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), desenvolvido por Rijo e Capinha (2012); o Programa Contigo, elaborado em conjunto com a Delegação Regional da Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais de Ponta Delgada; o serviço prestado de psiquiatria especializado nesta área na Unidade de Violência Familiar – Hospital Sobral Cid, Coimbra; e por último o Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC), desenvolvido e implementado na Escola de Psicologia da Universidade do Minho, e concebido por Cunha e Gonçalves (2011) (Gonçalves & Cunha, 2018). De ressaltar que o PPRIAC será melhor descrito posteriormente, uma vez que este estudo se debruça sobre os dados dos indivíduos que participaram neste programa de

intervenção.

Atendendo à evidência de que a maioria das vítimas opta por permanecer com os seus parceiros abusivos (e.g., Davis, Taylor, & Maxwell, 2000; Manita, 2005) e que muitos homens agressores tendem a envolver-se continuamente em relações abusivas, mesmo com outras parceiras (Feder & Wilson, 2005), os investigadores e profissionais desenvolveram programas de intervenção específicos para este tipo de agressores (Gonçalves & Cunha, 2018). Paralelamente, tem sido consensual a ideia de que é primordial desenvolver e implementar programas de intervenção junto de agressores, em complementaridade com programas de intervenção com vítimas, de forma a promover mudanças comportamentais e cognitivas nos agressores e reduzir o risco de re-vitimização/reincidência deste crime (e.g., Coulter & VandeWeerd, 2009; Manita, 2008). Além de que, é esperado que estes programas proporcionem a supervisão de indivíduos condenados e/ou sinalizados por violência contra as suas parceiras ou ex-parceiras, responsabilizando-os pelo seu comportamento abusivo e promovendo, desta forma, a mudança comportamental (e.g., Manita, 2008; Scott et al., 2011).

Contudo, e ainda que estes programas sejam considerados uma resposta fulcral à violência na intimidade, a literatura referente à avaliação da eficácia desses programas continua a produzir resultados inconsistentes e contraditórios (e.g., Lauch, Hart, & Bresler, 2017; Lila, Gracia, & Catalá-Miñana, 2017). A título de exemplo, a revisão de literatura de Cunha e Gonçalves (2014) concluiu que, relativamente à eficácia da intervenção, os resultados dos diferentes estudos revelaram-se ambíguos, com taxas de sucesso entre os 39.4% e os 97% e taxas de reincidência entre os 0% e os 65.9%. Se por um lado há estudos que indicam que este tipo de programas não é eficaz, tendo um efeito reduzido na cessação e na reincidência desses comportamentos abusivos (e.g., Arias, Arce, & Vilariño, 2013; Babcock, Greena, & Robie, 2004; Cuevas & Bui, 2016), por outro lado, subsistem investigações que referem que o efeito da intervenção é substancial e notório (e.g., Cunha & Gonçalves, 2014; Davis e Taylor, 1999). Por exemplo, diversos estudos revelaram benefícios para os agressores que integraram e concluíram os programas de intervenção, tais como reduções significativas nos comportamentos abusivos (e.g., Catlett, Toews, & Walilko, 2010; Cunha & Gonçalves, 2015; Lila et al., 2017), no risco de violência futura/reincidência (e.g., Coulter & VandeWeerd, 2009; Lauch et al., 2017), na psicopatologia (Cunha & Gonçalves, 2015), na atribuição de responsabilidade a fatores externos (ao sistema legal e à vítima), nas atitudes que toleram a violência doméstica (e.g., Cunha & Gonçalves, 2015; Lila et al., 2017), e, por último um aumento na autoestima e nas competências de resolução de problemas (Cunha & Gonçalves, 2015). É igualmente importante referir que mesmo a literatura que evidenciou um efeito mínimo da intervenção na reincidência, reconheceu a importância de se continuar a integrar os agressores neste

tipo de programas, pois esse pequeno efeito pode ser muito significativo para algumas das vítimas (Babcock et al., 2004; Ferrer-Perez & Bosch-Fiol, 2016).

Apesar de a eficácia da intervenção com agressores conjugais se manter controversa, a literatura sugere que a intervenção pode ter, implicitamente, um efeito dissuasor inicial (Catlett et al., 2010). E por isso, muitos defensores dos programas de intervenção com agressores sugerem que uma das principais razões para promover este tipo de programas é simplesmente a aceitação crescente da ideia de que o homem violento pode mudar as suas crenças e atitudes e aprender formas de relacionamento interpessoal mais adequadas (Manita, 2005). Paralelamente, acredita-se que os programas para agressores se revelam uma importante medida na redução da reincidência da VRI, e nesse sentido, contribuem para a proteção da vítima (e.g., Gonçalves & Cunha, 2018; Manita, 2005, 2008).

No entanto, e apesar da proliferação de programas de intervenção com agressores conjugais, as altas taxas de *dropout* evidentes nesta população têm sido consideradas na literatura como uma das principais razões para a falta de evidência sólida da eficácia dos programas e para a dificuldade de avaliação dos mesmos (e.g., Coulter & VandeWeerd, 2009; Cuevas & Bui, 2016; Lila et al., 2017). Concomitantemente, a revisão de literatura de Cunha e Gonçalves (2014) concluiu que nos programas de intervenção com perpetradores de VRI as taxas de *dropout* variaram entre 10% e 58%. Em conformidade com estes dados, na meta-análise de Jewell e Wormith (2010), os autores referiram que as taxas de conclusão dos programas de intervenção avaliados variaram entre 22% e 78%. Desta forma, as altas percentagens de *dropout* indicadas na literatura justificam a crescente preocupação com este fenómeno (Gastaud & Nunes, 2010) e levantam sérias questões face aos programas de intervenção: será que os agressores foram adequadamente selecionados para a intervenção?; será que as intervenções são relevantes e responsivas às necessidades dos agressores?; quão eficazmente as intervenções estão a ser estruturadas e aplicadas? (Ferrer-Perez & Bosch-Fiol, 2016; McMurrin & Theodosi, 2007).

Importa, contudo, perceber que a variação nas taxas de *dropout* parece também relacionar-se com a forma como cada investigador define o fenómeno em estudo (e.g., Babcock et al., 2004; Catlett et al., 2010; Cuevas & Bui, 2016). Foi possível constatar que o *dropout* tem sido definido de diversas formas e nem sempre consensuais (Wierzbicki & Pekarik, 1993). Em particular, para Mach, Cantos, Weber e Kosson (2017) o *dropout* foi determinado pela ausência do agressor a mais de quatro sessões não justificadas (num programa de 26 sessões). Noutros estudos, o *dropout* foi definido como abandonar o programa de intervenção antes da conclusão de todas as sessões do programa em questão (e.g., Barber & Wright, 2010; Lauch et al., 2017; Lila et al., 2017). Segundo Taft, Murphy, Elliott e Morrel

(2001) e Chen, Bersani, Myers e Denton (1989) o *dropout* foi definido como a falha do agressor em presenciar pelo menos 75% das sessões. Esta mesma definição de *dropout* foi utilizada no âmbito do programa de intervenção estudado nesta dissertação.

O *dropout* dos agressores conjugais pode ter inúmeras consequências, uma vez que a não conclusão da intervenção é vista como um obstáculo significativo ao sucesso da mesma (e.g., McMurrin, Huband, & Overton, 2010; Wierzbicki & Pekarik, 1993). Do mesmo modo, o *dropout* também se afigura como uma questão importante para a reincidência na violência, já que muitas variáveis que foram encontradas para predizer o *dropout* tendem a ser as mesmas que predizem a reincidência (e.g., Jewell & Wormith, 2010; McMurrin & Theodos, 2007). Como tal, os objetivos empíricos e clínicos devem incluir a identificação de variáveis que predizem o *dropout* e o desenvolvimento de estratégias que mantenham os perpetradores na intervenção (Olver, Wormith, & Stockdale, 2011). Parece clara a ideia de que os agressores que desistem da intervenção permanecem em maior risco de reincidirem, por comparação com aqueles que concluem a intervenção (e.g., Carney, Buttell, & Muldoon, 2006; Olver et al., 2011). Assim, identificar as características dos indivíduos que abandonam a intervenção é essencial para o desenvolvimento de programas eficazes, para a avaliação da utilidade do programa e para a proteção das vítimas (Daly & Pelowski, 2000).

Dois revisões de literatura conduzidas por Daly e Pelowski (2000) e Jewell e Wormith (2010) identificaram quatro categorias de variáveis que têm vindo a ser estudadas e relacionadas com o *dropout* em perpetradores de VRI: (1) variáveis sociodemográficas, como idade, etnia, estado civil, escolaridade, situação profissional e nível socioeconómico; (2) variáveis jurídico-penais, como a gravidade e a frequência da violência física e psicológica, exposição a violência familiar na infância, história criminal dos agressores em termos de detenções anteriores, condenações por violência doméstica e fonte de referência; (3) características intrapessoais, que incluem o estado psiquiátrico (e.g., distúrbios de personalidade e/ou clínicos), o uso/abuso de substâncias, indicadores de relacionamento (e.g., hostilidade, raiva, conflito conjugal, desejo de controlo) e motivação; e (4) fatores externos ao indivíduo, que incluem variáveis do programa de intervenção, da comunidade e situacionais, como o custo das consultas, duração do programa, distância percorrida para participar nas sessões e monitorização externa. Atente-se que na presente investigação, e tendo por base a literatura, serão tidas em conta as variáveis sociodemográficas, as variáveis jurídico-penais e as características intrapessoais, sendo que nesta última categoria não será analisado o estado psiquiátrico e o uso/abuso de substâncias, uma vez que estes são critérios de exclusão de participação no PPRIAC.

Tendo em conta a panóplia de estudos nesta área, a maioria dos estudos apontam no sentido

de que certas características/variáveis podem prever o *dropout* da intervenção por parte dos perpetradores de VRI. Entre estas destaca-se o estar desempregado (e.g., Daly & Pelowski 2000; Jewell & Wormith, 2010; Sartin, Hansen, & Huss, 2006), ser solteiro (e.g., Daly & Pelowski 2000; Gover et al., 2011; Jewell & Wormith, 2010), nível socioeconómico e educacional baixos (e.g., Barber & Wright, 2010; Catlett et al., 2010; Jewell e Wormith, 2010) e os antecedentes criminais (e.g., Daly & Pelowski, 2000; DeMaris, 1989; Jewell & Wormith, 2010; Olver et al., 2011). Surgem ainda variáveis como as dificuldades de relacionamento (e.g., maior conflito conjugal) como preditor de *dropout* (Daly & Pelowski, 2000) e a primeira condenação por VRI como preditor da conclusão da intervenção (Jewell & Wormith, 2010).

No entanto, para outras características em estudo (e.g., idade, motivação, etnia e fonte de referência) as diferenças entre os agressores que concluem e os que desistem da intervenção continuam a ser questionáveis, uma vez que bastantes investigações relatam resultados inconsistentes e muitas vezes contraditórios (Carney et al., 2006). Por exemplo, no que se refere à idade, encontra-se literatura a considerar que os indivíduos mais jovens tendem a abandonar a intervenção (e.g., Jewell & Wormith, 2010; Lauch et al., 2017), enquanto, outros estudos não encontraram evidência de que a idade possa prever o *dropout* (Daly & Pelowski 2000). No que concerne à motivação, alguns estudos referiram que a baixa motivação era um preditor de *dropout* (e.g., Bennett, Stoops, Call, & Flett, 2007; Daly & Pelowski 2000), por outro lado, literatura mais recente sugeriu que o estágio de mudança não estava relacionado com a conclusão do programa de intervenção (e.g., Mach et al., 2017). Em relação à etnia, uma revisão da literatura não demonstrou relação entre essa variável e o *dropout* (Daly & Pelowski 2000), no entanto, outra revisão verificou que agressores caucasianos eram mais propensos a concluir a intervenção (Jewell & Wormith, 2010). Relativamente à fonte de referência, alguns estudos demonstram que os agressores que eram encaminhados pelo tribunal para participar no programa de intervenção tinham uma probabilidade significativamente menor de abandonar a intervenção, comparados com os agressores autorreferenciados (Barber & Wright, 2010; Jewell & Wormith, 2010; Lauch et al., 2017), embora os encaminhamentos por outras fontes formais (e.g., psicólogos) não predizessem o *dropout* (Olver et al., 2011). Diferentes investigações também chegaram à conclusão de que o encaminhamento judicial podia estar relacionado com o *dropout*, no entanto, a sua associação positiva ou negativa podia depender de outras variáveis, como o nível socioeconómico do perpetrador (Daly & Pelowski, 2000).

Por fim, variáveis como a vitimação na infância, o testemunho de violência na família (Daly & Pelowski, 2000; Jewell & Wormith, 2010) e a gravidade do abuso físico e psicológico infligidos (Jewell & Wormith, 2010) foram indicadas na literatura como preditores não significativos de *dropout*.

Paralelamente, a raiva e depressão não diferenciaram significativamente entre agressores que concluíram o tratamento e agressores que desistiram do mesmo (Jewell & Wormith, 2010).

Face ao anteriormente exposto, o presente estudo tem como objetivos analisar e perceber quais as diferenças entre os indivíduos que completaram e os que desistiram do PPRIAC, ao nível das variáveis sociodemográficas, jurídico-penais e das características intrapessoais. É de extrema importância identificar quais as características dos agressores que predizem a sua desistência, de modo a contribuir para o aumento da eficácia dos programas de intervenção, para o desenvolvimento de intervenções mais ajustadas, para a avaliação da utilidade do programa e para a proteção das vítimas (e.g., Cuevas & Bui, 2016; Daly & Pelowski, 2000; Gover et al., 2011). Pretende-se também perceber quais os preditores de *dropout*, ou seja, que variáveis são suscetíveis de predizer o abandono do programa de intervenção. Este objetivo revela importância na medida em que tenciona fornecer um maior conhecimento aos profissionais que lidam com agressores conjugais, para que estes tenham em consideração estratégias a adotar para diminuir as taxas de *dropout* e, conseqüentemente, manter os agressores no programa de intervenção (Gover et al., 2011; Lauch et al., 2017). O desafio é trabalhar de forma construtiva com os perpetradores e mantê-los no tratamento, visto que o *dropout* se encontra associado a um aumento da reincidência (Olver et al., 2011).

Com base nos objetivos descritos e na revisão de literatura surgem duas hipóteses de investigação: H1: Há diferenças nas características sociodemográficas, jurídico-penais e intrapessoais entre os indivíduos que concluem a intervenção e os *dropouts*; H2: Estar desempregado, ser solteiro, ser jovem, evidenciar um nível socioeconómico e educacional baixos, ser reincidente no crime de violência doméstica, ter-se voluntariado para a intervenção, apresentar problemas de relacionamento e baixa motivação predizem o *dropout* da intervenção.

Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais – PPRIAC (Cunha, 2013)

O PPRIAC foi desenvolvido na Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça e Comunitária (UCPJC) da Universidade do Minho, no âmbito de um projeto de doutoramento (ver Cunha, 2013). Este programa destina-se a indivíduos perpetradores de VRI do sexo masculino, adultos, que tenham cometido comportamentos de violência física, psicológica e/ou sexual contra a sua parceira ou ex-parceira (relações heterossexuais). São critérios de exclusão do programa o facto de o indivíduo padecer de perturbações do foro psicótico; apresentar défice cognitivo significativo; padecer de perturbação psicológica significativa e/ou desordem da personalidade; apresentar abuso de substâncias (álcool ou drogas); reclusos preventivos (para a intervenção em contexto prisional); e tempo de pena inferior a 1 ano (para a intervenção em contexto prisional). Os agressores conjugais podem ser encaminhados através do sistema criminal, no plano do cumprimento de medidas judiciais (e.g. suspensão provisória do processo, pena suspensa), por instituições de apoio (i.e. Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco) ou autorreferenciados, isto é, os próprios indivíduos proporem-se a intervenção.

O programa assume um carácter remediativo, uma vez que a intervenção é efetuada numa situação disfuncional já instalada, e promocional, dado que promove o desenvolvimento de competências que se encontram em défice. Este apresenta uma estrutura multimodal, aplicando estratégias da entrevista motivacional, técnicas dos modelos cognitivo-comportamentais e psico-educacionais. Na íntegra, o programa abarca quatro a seis sessões individuais e 18 sessões grupais, tendo uma frequência semanal e duração aproximada de seis meses. A componente individual encontra-se integrada na fase da triagem, diagnóstico e abordagem motivacional, dividindo-se, posteriormente, em duas etapas: a) entrevista de triagem e avaliação; e b) abordagem motivacional. A componente grupal corresponde à fase da intervenção psicoterapêutica e controlo comportamental, dividida em quatro etapas: a) coesão grupal e motivação; b) compreensão do fenómeno e das dinâmicas violentas; c) promoção de competências, pessoais, comunicacionais e sociais; d) finalização e prevenção da recaída.

Os objetivos primordiais do PPRIAC (Cunha, 2013) são: (a) o término dos comportamentos abusivos (e promoção da segurança da vítima); (b) aceitação da responsabilidade pela conduta abusiva e diminuição do sentimento de impunidade; (c) promoção de competências pessoais e sociais; modificação das crenças irracionais em torno dos papéis de género e do uso da violência contra as mulheres; (d) promoção do respeito das mesmas e de relações saudáveis; e (e) promoção de estratégias de não-violência na resolução dos conflitos domésticos e manutenção e generalização dos

comportamentos aprendidos.

Método

Participantes

O presente estudo incluiu 83 indivíduos do sexo masculino perpetradores de VRI, sendo que 91.6% ($n = 76$) dos participantes pertencia ao grupo experimental na comunidade e 8.4% ($n = 7$) pertencia ao grupo experimental em contexto institucional. A idade dos indivíduos variava entre os 23 e os 75 anos ($M = 46.38$, $DP = 11.74$). A maioria dos participantes era casado ou coabitava com a vítima (52.5%; $n = 42$), possuía habilitações literárias ao nível do 1º ciclo (29.5%; $n = 23$), pertencia a um nível socioeconómico baixo (49.4%; $n = 39$) e encontrava-se empregado (50.6%; $n = 41$). Todos os participantes desta amostra eram portugueses e caucasianos, à exceção de um participante de raça negra. A duração do relacionamento abusivo variou entre um mínimo de seis meses e um máximo de 50 anos ($M = 19.06$, $DP = 12.28$). A maioria dos participantes foi integrado no PPRIAC na sequência de imposições judiciais (63.2%; $n = 48$), tinha medida judicial (80.3%; $n = 61$), foi encaminhado pelas Equipas de Reinserção (55.1%; $n = 38$), tinha cometido atos de violência anterior (mesmo sem condenação) (74.3%; $n = 55$) e não era reincidente no crime de violência doméstica (95.1%; $n = 77$). Quanto ao tipo de violência perpetrada, a maioria dos participantes perpetrou violência física e psicológica contra a vítima (72.5%; $n = 50$). Finalmente, a maioria dos participantes encontrava-se no estágio de contemplação face à mudança (32.8%; $n = 22$).

A Tabela 1 apresenta os dados sociodemográficos que caracterizam os participantes.

Tabela 1

Características sociodemográficas, jurídico-penas e intrapessoais da amostra.

	M (DP; Min.; Max.) / % (n)
Características Sociodemográficas	
Idade	46.39 (11.74; 23;75)
Estado Civil	
Casado/União de Facto	52.5 (42)
Divorciado/Separado	47.5 (38)
Nível Socioeconómico	
Baixo	49.4 (39)
Médio	45.6 (36)
Alto	5.1 (4)
Escolaridade	
1º Ciclo	29.5 (23)
2º Ciclo	25.6 (20)
3º Ciclo	21.8 (17)
Ensino secundário	15.4 (12)
Ensino superior	7.7 (6)
Etnia	
Caucasiana	98.8 (82)
Negra	1.2 (1)
Situação Profissional	
Empregado	50.6 (41)
Desempregado/a	33.3 (27)
Reformado/a	16 (13)

Variáveis Jurídico-Penais

Violência anterior

Sim	74.3 (55)
Não	25.7 (19)

Reincidente

Sim	4.9 (4)
Não	95.1 (77)

Fonte de Referência

CAFAP	7.2 (5)
Tribunal	17.4 (12)
DGRSP	55.1 (38)
Segurança Social	5.8 (4)
Autoproposto	8.7 (6)
GNR/NIAVE	1.4 (1)
CPCJ	4.3 (3)

Medida Judicial

Sim	19.7 (15)
Não	80.3 (61)

Modalidade de Integração

Ordenado pelo tribunal	63.2 (48)
Não ordenado pelo tribunal	36.8 (28)

Tipo de violência perpetrada

Física	5.8 (4)
Psicológica	21.7 (15)
Física e Psicológica	72.5 (50)

Características Intrapessoais

Estádio Motivacional

Pré-contemplação	29.9 (20)
Contemplação	32.8 (22)
Preparação	11.9 (8)
Ação elevada recaída	7.5 (5)
Ação baixa recaída	17.9 (12)

Instrumentos

Inventário de Violência Conjugal – IVC – (Machado, Gonçalves, & Matos, 2007)

O IVC é um instrumento de autorrelato que permite aferir a prevalência e a frequência de atos de violência física e emocional contra a parceira/ex-parceira. Contém 21 itens, que envolvem comportamentos fisicamente abusivos (e.g., pontapés) e emocionalmente abusivos (e.g., insultar) e comportamentos de intimidação/coerção (e.g., impedir o contacto com outras pessoas), sendo as opções de resposta “a) nunca fiz na minha relação atual/passada/já fiz ao meu parceiro(a) atual/passado”, “b) o meu parceiro(a) atual/passado nunca me fez/o meu parceiro(a) atual/passado já me fez” e ainda “uma única vez/mais do que uma vez”. Na presente amostra o instrumento apresentou um alpha de Cronbach de .87 para a escala global.

Questionário de Agressividade Buss-Perry – QA – (Buss & Perry, 1992; retroversão e adaptação à população portuguesa de Cunha & Gonçalves, 2012)

O QA é um questionário de autorrelato que avalia a agressividade segundo quatro fatores: agressividade física, agressividade verbal, raiva e hostilidade. Possui 29 itens (e.g., “alguns dos meus amigos pensam que sou conflituoso”), organizados numa escala do tipo likert (1 = nunca ou quase nunca até 5 = sempre ou quase sempre). Nesta investigação foi utilizada a versão de Cunha e Gonçalves (2012), a qual apresenta uma consistência interna para a escala total de .88, .79 para a raiva, .79 para a agressividade física, .76 para a hostilidade e .56 para a agressividade verbal. Na presente amostra, o instrumento apresentou um alpha de .79 para a escala global, .47 para a hostilidade, .52 para a agressividade verbal, .62 para a agressividade física e .73 para a raiva.

Escala de Crenças de Violência Conjugal – ECVC – (Machado et al., 2007)

A ECVC é uma escala de autorrelato que permite avaliar crenças em relação à violência física e psicológica no contexto de relações de intimidade. Contém 25 itens (e.g., “algumas mulheres merecem que lhes batam”), organizados numa escala do tipo likert (1 = discordo totalmente até 5 = concordo totalmente). Na análise fatorial da ECVC identificaram-se quatro fatores: Fator 1 - legitimação e banalização da pequena violência; Fator 2 - legitimação da violência pela conduta da mulher; Fator 3 - legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas; e o Fator 4 - legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. A pontuação total obtém-se através da soma das respostas dos participantes a cada um dos itens. A consistência interna para o total da escala é de .93. Na presente amostra, o instrumento apresentou um alpha de .88 para a escala global.

Inventário de Resolução de Problemas – IRP – (Serra, 1987)

O IRP é um inventário de autorrelato que se destina a medir e avaliar as estratégias de *coping* que o indivíduo utiliza para lidar com os problemas. Possui 40 itens (e.g., "vou deixar correr a situação; o tempo ajuda a resolver os problemas"), cotados numa escala de resposta de tipo likert de 5 pontos (1 = não concordo até 5 = concordo muitíssimo). É constituído por nove fatores: fator 1 - pedido de ajuda; fator 2 - confronto e resolução ativa de problemas; fator 3 - abandono passivo perante a situação; fator 4 - controlo interno/externo dos problemas; fator 5 - estratégias de controlo das emoções; fator 6 - atitude ativa de não interferência na vida quotidiana pelas ocorrências; fator 7 - agressividade internalizada/externalizada; fator 8 - autorresponsabilização e medo das consequências; e fator 9 - confronto com os problemas e planificação de estratégias. Quanto mais elevada for a pontuação obtida na escala, melhor serão as estratégias de *coping* utilizadas pelo indivíduo. A consistência interna da versão original é de .86. Na presente amostra, o instrumento apresentou um alpha de .83 para a escala global.

Escala de Avaliação da Mudança da Universidade de Rhode Island – Violência Doméstica - Revista (URICA-DV-R) – (Levesque, 2006)

O URICA-DV-R é uma escala de autorrelato que avalia o estágio de mudança em que o indivíduo se encontra. É composto por 20 itens (e.g., "Começo a ver que a violência na minha relação é um problema"), respondidos numa escala do tipo likert (1 = discordo fortemente até 5 = Concordo fortemente). A escala permite aferir em qual dos estádios os indivíduos se encontram: Pré-contemplanção, Contemplanção, Ação e Recaída. Da mesma forma, é possível obter-se um índice global de preparação para a mudança, somando-se a pontuação obtida nas quatro dimensões. Em três amostras distintas de agressores conjugais em intervenção, a média dos alphas de Cronbach para as quatro escalas foi de .70, .77, .83 e .75, para as escalas de pré- contemplanção, contemplanção, ação e recaída, respetivamente. Na presente amostra, o instrumento apresentou um alpha de .43 para a escala de pré-contemplanção, .83 para a escala de contemplanção, .86 para a escala de ação e .80 para a escala de recaída.

Procedimento

O presente estudo foi submetido à Subcomissão de Ética das Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho, tendo sido aprovado. Os dados para este estudo foram obtidos através de uma base de dados já construída, com informações referentes aos indivíduos que tinham participado no

PPRIAC. O programa de intervenção em estudo foi aplicado na UCPJC da Universidade do Minho, num Gabinete de Psicologia em funcionamento numa Junta de Freguesia, e num estabelecimento prisional no norte do país, pelo que os participantes são maioritariamente da zona norte de Portugal. Os participantes, aquando da sua integração no PPRIAC, preenchem o consentimento informado e um conjunto de medidas de avaliação, tendo-lhes sido explicados os objetivos do programa e os procedimentos do mesmo.

Ainda que no PPRIAC tenham sido aplicados vários instrumentos de avaliação psicológica (e.g., Inventário Breve de Sintomas – BSI (Derogatis, 1993; tradução e adaptação de Canavarro, 1999, 2007); Checklist de avaliação do risco de violência conjugal – SARA (Kropp & Hart, 2000, tradução de Almeida & Soeiro, 2005); Inventário Clínico de Auto-conceito – ICAC (Serra, 1986); Escala de Auto-estima de Rosenberg – RSES (Rosenberg, 1965; tradução e adaptação de Santos, 2008), esta investigação focou-se apenas nos dados dos instrumentos acima descritos, na medida em que são aqueles que avaliam as variáveis que se pretende estudar.

Análise dos dados

Os dados foram analisados através do programa estatístico *IBM ® SPSS ® Statistics (Statistical Package for Social Sciences, 24)* e para o cálculo dos tamanhos de efeito e do poder estatístico utilizou-se o programa *G*Power 3.1*. Na caracterização sociodemográfica, jurídico-penal e intrapessoal dos participantes recorreu-se a estatística descritiva. Foram utilizados testes t para amostras independentes e testes de *Mann-Whitney* com o objetivo de analisar as diferenças entre os grupos em estudo, e testes de qui-quadrado para verificar a existência de associações entre variáveis. Atendendo a que não se encontrava cumprido o pressuposto da normalidade dos dados, com exceção da variável idade, optou-se por realizar quer os testes paramétricos quer os não paramétricos. Sempre que estes produziram conclusões semelhantes optou-se pela apresentação dos resultados dos testes paramétricos (Fife-Schaw, 2000). Paralelamente, realizou-se uma regressão logística para identificar as características que melhor predizem o *dropout*. Algumas variáveis foram recodificadas e transformadas em variáveis *dummy* com vista a permitir a realização das análises estatísticas (e.g., estado civil - casados vs não casados; nível socioeconómico - baixo vs médio e alto; escolaridade - 1º ciclo e 2º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário e superior; situação profissional - ativo vs inativo; estágio motivacional - pré-contemplanção, contemplanção, preparação e ação).

Resultados

Do total da amostra, 47 indivíduos completaram o programa de intervenção, resultando numa taxa de conclusão de 56.6%. Sendo que 25% ($n = 9$) dos participantes apenas frequentaram seis sessões do PPRIAC e 47,2% ($n = 17$) não frequentaram metade das sessões que constituam o mesmo.

De forma global, relativamente às variáveis sociodemográficas, os resultados, exibidos na Tabela 2, apontam para diferenças estatisticamente significativas entre os indivíduos que concluíram o PPRIAC e os que desistiram do mesmo ao nível da idade, $t(76) = -2.43$, $p = .017$ ($r = .28$). Assim, os indivíduos que desistiram da intervenção eram em média mais jovens que aqueles que concluíram o processo de intervenção. Quanto às variáveis estado civil, situação profissional e nível socioeconómico, não se verificaram associações estatisticamente significativas entre estas e a conclusão ou não do PPRIAC. Paralelamente, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que respeita à escolaridade entre os indivíduos que concluíram o PPRIAC e os que desistiram do mesmo.

Tabela 2

Diferenças entre os dois grupos ao nível das variáveis sociodemográficas.

	Total (N = 83)	Conclusão (n = 47)		Não conclusão (n = 36)		<i>t</i>
		M	DP	M	DP	
Idade	78	49.07	11.01	42.73	11.87	-2.431*
		n	%	n	%	χ^2/U
Escolaridade	78					
1º Ciclo/2ºCiclo		27	60	16	48.5	.635
3º Ciclo		10	22.2	7	21.2	
Ensino secundário/superior		8	17.8	10	30.3	
Estado Civil	80					
Casado/União de facto		23	50	19	55.9	.602
Divorciado/Separado		23	50	15	44.1	
Nível Socioeconómico	79					
Baixo		22	48.9	17	50	.01
Médio ou alto		23	51.1	17	50	
Situação Profissional	81					
Ativo		27	57.4	14	41.2	2.089
Inativo		20	42.6	20	58.8	

* $p < .05$

No que concerne às variáveis jurídico-penais (Tabela 3), não se verificaram associações estatisticamente significativas entre a violência anterior, a medida judicial e a modalidade de integração e a conclusão ou não do PPRIAC.

Tabela 3

Diferenças entre os dois grupos ao nível das variáveis jurídico-penais.

	Total	Conclusão		Não conclusão		χ^2
	(N = 83)	(n = 47)		(n = 36)		
		n	%	n	%	
Violência Anterior	74					
Sim		31	75.6	24	72.7	.08
Não		10	24.4	9	27.3	
Medida Judicial	76					
Sim		35	83.3	26	76.5	.559
Não		7	16.7	8	23.5	
Modalidade de Integração	76					
Ordenado pelo tribunal		26	61.9	22	64.7	.063
Não ordenado pelo tribunal		16	38.1	12	35.3	

Em relação às variáveis intrapessoais (Tabela 4), não foram encontradas associações estatisticamente significativas entre o estágio motivacional (medido através do URICA-DV-R) dos participantes e a conclusão ou não do PPRIAC.

Tabela 4

Associação entre a conclusão ou não do PPRIAC e o estágio motivacional.

	Total	Conclusão		Não conclusão		χ^2
	(N = 83)	(n = 47)		(n = 36)		
		n	%	n	%	
Estádio Motivacional	74					
Pré-contemplação		12	31.6	8	27.6	
Contemplação		13	34.2	9	31	.365
Preparação/Ação		13	34.2	12	41.4	

Por último, nos instrumentos de avaliação aplicados — detalhados na Tabela 5 — não se verificaram diferenças estaticamente significativas entre os indivíduos que concluíram e os que desistiram do PPRIAC ao nível da agressividade (i.e., QA), da prevalência e frequência da violência (i.e., IVC), das crenças acerca da violência conjugal (i.e., ECVC) e da resolução de problemas (i.e., IRP).

Tabela 5

Diferenças entre os grupos ao nível dos instrumentos de avaliação.

	Total	Conclusão		Não conclusão		t
	(N = 83)	(n = 47)		(n = 36)		
		M	DP	M	DP	
QA	66	58.14	14.03	60.07	14.68	.544
IVC	57	10.84	8.5	9.69	7.47	-.536
ECVC	63	86.86	24.3	87.48	30.4	.09
IRP	71	144.37	12.37	144.53	15.14	.051

Realizou-se uma regressão logística hierárquica com o objetivo de identificar os preditores do *dropout*. Os preditores/variáveis foram divididos em três grupos: variáveis sociodemográficas, variáveis jurídico-penais e variáveis intrapessoais. Os resultados encontram-se sumariados na Tabela 6.

Apesar de o modelo de regressão com as variáveis sociodemográficas não se apresentar estatisticamente significativo, $\chi^2(7) = 9.54$, $p = .22$, este classificou corretamente 67.3% dos casos. A variável situação profissional apresentou-se como preditor do *dropout*, com os indivíduos que se

encontram profissionalmente inativos a evidenciar uma maior probabilidade de abandonar a intervenção. Quando adicionadas as variáveis jurídico-penais, o modelo manteve-se não significativo, $\chi^2(10) = 10.04$, $p = .43$, todavia, o conjunto destas variáveis classificou corretamente 67.3% dos casos. Neste modelo a variável situação profissional manteve-se estatisticamente significativa. O modelo final, ao qual foram adicionadas as variáveis intrapessoais, também não se revelou significativo, $\chi^2(16) = 20.46$, $p = .20$, classificando, no entanto 77.6% dos casos. A análise das variáveis usadas revelou que cinco delas contribuíam significativamente para o modelo global: idade, $B = -.295$, $Wald = 4.73$, $p = .03$, situação profissional, $B = 2.99$, $Wald = 5.42$, $p = .02$, escolaridade, $B = 3.92$, $Wald = 4$, $p = .05$, crenças em relação à VRI, $B = .08$, $Wald = 4.81$, $p = .03$ e agressividade, $B = -.08$, $Wald = 4.08$, $p = .04$. Os indivíduos que não concluíram a intervenção têm .74 vezes mais probabilidade de serem mais jovens, 50.15 vezes mais probabilidade de possuírem habilitações literárias superiores ao primeiro e segundo ciclo, 19.81 vezes mais probabilidade de se encontrarem inativos profissionalmente, 1.08 vezes mais probabilidade de apresentarem crenças legitimadoras da VRI e .92 mais probabilidade de apresentarem níveis mais baixos de agressividade.

Tabela 6

Modelo de Regressão Logística para prever o dropout da intervenção.

	B	SE	Wald	Exp (B)	95% C.I.	para Exp (B)
					LI	LS
Step 1						
Idade	-.295	.136	4.73 ⁺	.744	.57	.9747
Nível Socioeconómico						
Baixo vs Médio ou Alto	-1.7	1.12	2.31	.18	.02	1.63
Escolaridade						
1º/2º Ciclo vs outros	3.92	1.96	4 ⁺	50.15	1.08	2328.394
3º Ciclo vs outros	2.6	1.92	1.83	13.51	.31	585.65
Duração da relação	.178	.104	2.94	1.19	.98	1.46
Situação Profissional						
Ativo vs inativo	2.99	1.28	5.42 ⁺	19.81	1.6	244.71

DROPOUT— PERPETRADORES DE VIOLÊNCIA NA INTIMIDADE

Estado Civil						
Casados vs outros	-.03	.91	.00	.97	.17	5.73
Step 2						
Medida Judicial						
Sim vs Não	-.85	.96	.79	.43	.07	2.79
Modalidade de integração						
Ordenado vs não ordenado pelo tribunal	-.58	1.02	.32	.56	.08	4.13
Violência anterior						
Sim vs Não	-.17	1.24	.02	.84	.07	9.64
Step 3						
QA	-.08	.04	4.08	.92	.85	1
ECVC	.08	.04	4.81	1.08	1.01	1.16
IRP	.05	.04	1.84	1.05	.98	1.13
IVC	-.08	.07	1.29	.92	.81	1.06
Estádio Motivacional						
Pré-contemplação vs outros	.5	1.38	.13	1.64	.11	24.31
Contemplação vs outros	1.21	1.17	1.08	3.36	.342	32.91
Constante	-4.09	7.61	.29	.02		
Sumário do modelo						$\chi^2(16) = 20.46, p = .20$

Discussão

No presente estudo pretendeu-se analisar as diferenças entre indivíduos perpetradores de VRI que concluíram e que desistiram do PPRIAC, ao nível das características sociodemográficas, jurídico-penais e intrapessoais e identificar as variáveis que melhor predizem o *dropout* da intervenção.

A taxa de *dropout* para esta amostra situou-se nos 43.4%, sendo semelhante a estudos recentes (Mach et al., 2017), o que não deixa de ser preocupante. O facto de o PPRIAC ser gratuito poderá ter contribuído para a alta taxa de abandono, uma vez que a literatura refere que quando o tratamento é pago pelos indivíduos o *dropout* tende a diminuir (Timko, Valenstein, Stuart, & Moos, 2015). Paralelamente, verificou-se que os agressores tenderam a desistir numa fase inicial da intervenção, tal como é frequente neste tipo de programas (Hamel, Ferreira, & Buttell, 2015).

Os resultados permitiram corroborar parcialmente as hipóteses formuladas, verificando-se que a idade, situação profissional, crenças em relação à VRI e agressividade se apresentaram como preditores do *dropout*. Indivíduos mais jovens, com habilitações literárias superiores, inativos profissionalmente, que apresentam mais crenças legitimadoras da VRI e níveis mais baixos de agressividade tinham uma maior probabilidade de desistir do programa de intervenção. Estes resultados mostram-se congruentes com estudos anteriores (e.g., Buttell & Carney, 2008; Catlett et al., 2010; Duplantis, Romans, & Bear, 2006; Lauch et al., 2017), mas contrastam com outros (e.g., Buttell & Carney, 2002; Pike & Buttell, 2002; Carney et al., 2006).

Relativamente à idade uma das possíveis explicações para que indivíduos mais velhos permaneçam em tratamento poderá dever-se ao facto de estes apresentarem uma maior maturidade (Lauch et al., 2017) e como tal mostrarem-se mais conscientes das implicações das suas ações, quer em termos do impacto dos seus comportamentos nas vítimas quer em termos das consequências (legais) associadas à não conclusão da intervenção em especial quando esta é imposta pelo tribunal. Paralelamente, o facto de os indivíduos que desistem estarem maioritariamente desempregados pode configurar que os mesmos tenham um estilo de vida mais instável (Babcock & Steiner, 1999). Neste sentido, estes indivíduos poderão considerar prioritário conseguir um emprego e garantir um estilo de vida mais estável, do que frequentar um programa de intervenção (Bowen & Gilchrist, 2006). Quanto à escolaridade, uma das prováveis explicações poderá estar relacionada com a faixa etária dos indivíduos. Isto é, visto que os agressores que desistem são em média mais jovens e tendo em conta o regime de escolaridade obrigatória em Portugal, é expectável que estes possuam um nível superior de escolaridade. Relativamente às crenças dos indivíduos, o facto de estes evidenciarem mais crenças legitimadoras de VRI pode indicar que eles estejam menos dispostos a mudar o seu comportamento abusivo e por isso desistam mais facilmente da intervenção (Duplantis, Romans & Bear, 2006). Quanto à agressividade, o resultado demonstrado poderá significar que os indivíduos que apresentam uma maior agressividade têm uma maior consciência acerca dos seus comportamentos abusivos e por isso permanecem na intervenção (Bowen & Gilchrist, 2006).

Quanto às variáveis estado civil e nível socioeconómico, não se verificaram associações estatisticamente significativas entre estas variáveis e a conclusão ou não do PPRIAC. Apesar destes dados divergirem da maioria das investigações anteriores (e.g., Barber & Wright, 2010; Catlett et al., 2010; Gover et al., 2011; Jewell & Wormith, 2010), vão ao encontro de outros estudos que encontram pouca ou nenhuma relação entre estas variáveis e o *dropout* (e.g., Buttell & Carney, 2002, 2008; Jones & Gondolf, 2002; Pike & Buttell, 2002). De notar, todavia, que tais dados não são necessariamente

surpreendentes atendendo às inconsistências identificadas na literatura relacionada com o *dropout* entre perpetradores de VRI que participam em programas de intervenção (e.g., Buttell & Carney, 2008). Uma possível explicação para estes resultados poderá relacionar-se com as diferenças culturais e regionais de cada população (e.g., Buttell & Carney, 2008). Nesta investigação, apenas participaram indivíduos da zona norte de Portugal, enquanto que os anteriores estudos são predominantemente referentes a cidadãos norte-americanos. Uma outra admissível explicação para estes resultados pode estar associada com o programa de intervenção estudado e os seus critérios de inclusão e exclusão que levaram a uma diminuição da heterogeneidade da amostra. Concomitantemente estes resultados poderão estar relacionados com fatores metodológicos. O facto de ser possível avaliar os mesmos constructos de formas diferentes e a própria variedade de definições de *dropout* pode estar na origem destes dados.

Relativamente às variáveis jurídico-penais (e.g., modalidade de integração, violência anterior e medida judicial), também não foram encontradas associações estatisticamente significativas entre estas variáveis e a conclusão ou não do PPRIAC. Mais uma vez, estes resultados mostram-se contrários à maioria da literatura (e.g., Daly & Pelowski 2000; Jewell & Wormith, 2010; Lauch et al., 2017; Olver et al., 2011). Não obstante, há autores que justificam a ausência de diferenças nestas variáveis no facto de poderem existir diferenças regionais e locais no apoio judicial que é dado aos programas de intervenção (e.g., Buttell & Carney, 2002; Pike & Buttell, 2002). Ou seja, segundo os mesmos investigadores, em regiões onde o apoio judicial é parco pode verificar-se uma menor probabilidade de consequências legais para a falta de comparecimento dos agressores ao programa de intervenção, resultando, como consequência, em maiores taxas de abandono. Paralelamente, alguns autores referiram que aproximadamente 60% dos tribunais raramente respondem ao incumprimento dos agressores conjugais com uma punição (e.g., Barber & Wright, 2010; Labriola, Rempel, O'Sullivan & Frank, 2007). No entanto, embora estas inferências não se refiram ao sistema judicial português, esta poderá ser uma explicação para não se ter encontrado associações entre as variáveis em estudo e a permanência ou desistência do PPRIAC. Assim, e visto que o apoio judicial que é dado ao programa de intervenção poderá interagir com variáveis sociodemográficas e intrapessoais do indivíduo para predizer o *dropout* da intervenção (e.g., Buttell & Carney, 2002), esta variável deverá ser melhor estudada no contexto nacional.

No que concerne ao estágio motivacional, à prevalência e frequência da violência e à resolução de problemas dos indivíduos não foram encontradas associações/diferenças significativas entre estas variáveis e a conclusão ou desistência do PPRIAC. Estes resultados contrastam com alguma literatura (e.g., Bennett et al., 2007; Daly & Pelowski 2000; Jewell & Wormith, 2010) mas corroboram outra (e.g.,

Eckhardt, Holtzworth-Munroe, Norlander, Sibley & Cahill, 2008; Mach et al., 2017). Estes dados podem dever-se ao facto de a aplicação dos instrumentos avaliados ter sido feita na fase da pré-avaliação (i.e., pré-intervenção), pelo que, e mais uma vez tendo em conta os critérios de inclusão e exclusão definidos previamente, poderá esperar-se que não se verifiquem grandes diferenças entre os indivíduos nesta fase da intervenção. Uma outra possível explicação para estes resultados poderá dever-se ao fenómeno da desajustabilidade social. De facto, existem evidências de que as pessoas respondem de forma diferente a questionários de autorrelato quando percebem que as suas respostas podem ter implicações pessoais (Davis & Moser, 2014) e eventualmente legais. Em simultâneo, a investigação demonstra que a desajustabilidade social pode afetar o estágio de mudança auto relatado pelos indivíduos (Zemore, 2012). Assim, o facto de não se ter encontrado diferenças no estágio motivacional dos indivíduos pode dever-se ao facto de alguns terem relatado altos níveis de mudança mas não estarem efetivamente prontos para mudar, ou o contrário, indivíduos que inicialmente relataram uma menor motivação podem ter aumentado o seu desejo de mudar ao longo do processo de intervenção.

Contributos e Limitações

Esta investigação contribui para aumentar o conhecimento sobre o *dropout* da intervenção com agressores conjugais, sendo um estudo pioneiro a nível nacional.

Tal como em estudos anteriores, algumas variáveis sociodemográficas parecem ter um papel importante na predição do *dropout*, pelo que, os programas de intervenção devem estar sensíveis a estes fatores, adaptando a intervenção tendo em conta estas características. O que os resultados sugerem é que os indivíduos mais jovens e inativos profissionalmente, considerados pela literatura como tendo um estilo de vida mais instável, requerem uma maior monitorização para os manter no tratamento. Assim, em paralelo com a intervenção focada nos seus comportamentos abusivos poderá ser importante fornecer um apoio adicional a estes agressores (Bowen & Gilchrist, 2006), providenciando-lhes, por exemplo, competências necessárias para a obtenção de um emprego e desta forma potenciar a sua presença na intervenção.

Concomitantemente, os dados evidenciam que os agressores com mais crenças legitimadoras de VRI e menos agressivos são os que mais desistem da intervenção. O que indica que será importante com estes indivíduos trabalhar-se as crenças mais precocemente e criteriosamente, tal como perceber atempadamente se os agressores que relatam uma menor agressividade são realmente menos agressivos ou se pelo contrário têm uma menor consciência do seu problema (Bowen & Gilchrist, 2006). E se assim for, também eles precisarão de uma maior supervisão no processo de intervenção. Por outro

lado, e pondo a hipótese de que os agressores que relatam mais agressividade são de facto os mais agressivos, os dados obtidos podem ser importantes, pois indicam que agressores mais violentos tendem a permanecer na intervenção (Buttell & Carney, 2008).

Ademais, os resultados encontrados permitem corroborar os resultados dos estudos anteriores que apontam para a existência de consideráveis inconsistências a este nível (e.g., Buttell & Carney, 2008). Assim, para além das variáveis que a literatura evidencia como estando na base do *dropout*, provavelmente existem outras razões que ainda não foram consideradas. No caso concreto do PPRIAC, alguns dos indivíduos desistiram da intervenção por outros motivos, como por exemplo problemas de saúde, mudança de país/residência, questões profissionais e falecimento de um participante. Portanto, parecem existir outros fatores que influenciam a conclusão (ou não) do tratamento e que devem ser considerados em futuras investigações (Lauch et al., 2017).

Não obstante os contributos, este estudo apresenta algumas limitações. Uma das principais e mais evidentes prende-se com um número reduzido da amostra e o reduzido poder estatístico da mesma. A ausência de resultados significativos em diferentes variáveis pode ser um artefacto da ausência de poder estatístico da amostra em questão. De facto, os testes estatísticos utilizados apresentam um poder estatístico inferior a 80%.

Outra limitação está relacionada com o facto de a amostra ser maioritariamente constituída por indivíduos da região norte do país, pelo que se verifica uma ausência de representatividade geográfica. Paralelamente, apenas se analisaram os dados do PPRIAC, por isso não é possível generalizar estes resultados quando analisados outros programas de intervenção com diferentes estruturas. Concomitantemente, a presença de diferentes facilitadores na implementação da intervenção pode ter influenciado os resultados.

Uma outra limitação diz respeito às informações obtidas que são maioritariamente fornecidas pelo ofensor. Tal pode afetar os resultados, principalmente nos questionários de autorrelato utilizados, em que as respostas dos indivíduos podem estar influenciadas por processos de desejabilidade social. Assim, futuras investigações deverão igualmente incluir um instrumento que avalie a desejabilidade social.

Uma vez que o estudo é apenas quantitativo, seria interessante incluir uma componente qualitativa. Sempre que possível seria relevante que fosse questionado a cada participante que desiste da intervenção os motivos subjacentes à desistência. Tal poderia contribuir para um conhecimento mais aprofundado acerca dos motivos para o seu abandono e fornecer novas explicações.

Ademais dada a importância da supervisão neste contexto, em futuras investigações, seria

pertinente que fosse abordado o conceito e o nível de supervisão fornecido pela fonte de referência para perceber se realmente esta variável pode e deve ser considerada um preditor de *dropout* (e.g., Barber & Wright, 2010). Por último, em futuras investigações seria também pertinente incluir a variável suporte social, com o objetivo de perceber até que ponto as pessoas mais próximas do indivíduo o apoiam e o incentivam a participar no programa de intervenção e se isso condiciona ou não a sua conclusão ou desistência do mesmo. Pois segundo a literatura esta variável é identificada como um importante preditor do envolvimento na intervenção e do sucesso terapêutico (Raghavan, Rajah, Gentile, Collado, & Kavanagh, 2009).

Para concluir e dado que o PPRIAC continua a ser implementado, seria interessante continuar a recolha de dados, de modo a verificar se a tendência dos resultados se mantém, ou, pelo contrário, se altera.

Referências

- Almeida, I., & Soeiro, C. (2005). *Manual de avaliação de risco de violência conjugal* (2ª ed.). Lisboa, Portugal: Gabinete de Psicologia e Selecção da Escola da Polícia Judiciária.
- Arias, E., Arce, R., & Vilariño, M. (2013). Batterer intervention programmes: A meta-analytic review of effectiveness. *Psychosocial Intervention, 22*, 153-160. <http://dx.doi.org/10.5093/in2013a18>
- Babcock, J., Greena, C., & Robie, C. (2004). Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clinical Psychology Review, 23*, 1023-1053.
doi:10.1016/j.cpr.2002.07.001
- Babcock, J. C., & Steiner, R. (1999). The relationship between treatment, incarceration and recidivism of battering: A program evaluation of Seattle's coordinated community response to domestic violence. *Journal of Family Psychology, 13*, 46-59.
- Barber, S., & Wright, E. (2010). The effects of referral source supervision. *Criminal Justice and Behavior, 37*, 847-859. doi: 10.1177/0093854810367771
- Bennett, L., Stoops, C., Call, C., & Flett, H. (2007). Program completion and re-Arrest in a batterer intervention system. *Research on Social Work Practice, 17*, 42-54.
doi:10.1177/1049731506293729
- Bowen, E., & Gilchrist, E. (2006). Predicting dropout of court-mandated treatment in a British sample of domestic violence offenders. *Psychology, Crime & Law, October, 12*, 573-587.
doi:10.1080/10683160500337659
- Buss, A. H., & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology, 63*, 452-459.
- Buttall, F., & Carney, M. (2002). Psychological and demographic predictors of attrition among batterers court ordered into treatment. *Social Work Research, 26*, 31-41.
<https://doi.org/10.1093/swr/26.1.31>
- Buttall, F., & Carney, M. (2008). A large sample investigation of batterer intervention program attrition: Evaluating the impact of state program standards. *Research on Social Work Practice, 18*, 177-188. doi: 10.1177/1049731508314277
- Canavaro, C. (1999). Inventário de sintomas psicopatológicos (BSI). In M. Simões, M. Gonçalves & L. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal, I* (pp. 95-109). Braga, Portugal: APPORT/SHO.

- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos: Uma Revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In L. Almeida, M. Simões, C. Machado e M. Gonçalves (Eds.) *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população Portuguesa* (Vol. III, pp. 305-331). Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- Carney, M., Buttell, F., & Muldoon, J. (2006). Predictors of batterer intervention program attrition: Developing and implementing logistic regression models. *Journal of Offender Rehabilitation, 43*, 35-54. doi:10.1300/J076v43n02_02
- Catlett, B., Toews, M., & Walilko, V. (2010). Men's gendered constructions of intimate partner violence as predictors of court-mandated batterer treatment drop out. *American Journal of Community Psychology, 45*, 107-123. doi: 10.1007/s10464-009-9292-2
- Chen, H., Bersani, C., Myers, S., & Denton, R. (1989). Evaluating the effectiveness of a court sponsored abuser treatment program. *Journal of Family Violence, 4*, 309-322.
<https://doi.org/10.1007/BF00978573>
- Coulter, M., & VandeWeerd, C. (2009). Reducing domestic violence and other criminal recidivism: Effectiveness of a multilevel batterers intervention program. *Violence and Victims, 24*, 139-152. doi: 10.1891/0886-6708.24.2.139
- Crowne, D., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*, 349-354.
- Cuevas, D., & Bui, N. (2016). Social factors affecting the completion of a batterer intervention program. *Journal of Family Violence, 31*, 95-107. doi: 10.1007/s10896-015-9748-0
- Cunha, O. (2013). *Perpetradores de violência em relações de intimidade: Da caracterização à intervenção* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2012). Análise confirmatória de uma versão Portuguesa do Questionário de Agressividade de Buss-Perry. *Laboratório de Psicologia, 10*, 3-17.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2014). The current practices of intervention with batterers. *Revista de Psiquiatria Clínica, 41*, 40-48. doi:10.1590/0101-608300000000008
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2015). Efficacy assessment of an intervention program with batterers. *Small Group Research, 46*, 455-482. doi: 10.1177/1046496415592478
- Daly, J., & Pelowski, S. (2000). Predictors of dropout among men who batter: A review of studies with implications for research and practice. *Violence and Victims, 15*, 137-160.

- Davis, C., & Moser, S. (2014). Social desirability and change following substance abuse treatment in male offenders. *Psychology of Addictive Behaviors, 28*, 872-879.
<http://dx.doi.org/10.1037/a0037528>
- Davis, R. C., & Taylor, B. G. (1999). Does batterer treatment reduce violence? A synthesis of the literature. *Women and Criminal Justice, 10*, 69-93.
- Davis, R. C., Taylor, B. G., & Maxwell, C. D. (2000). Does batterer treatment reduce violence? A randomized experiment in Brooklyn. *Justice Quarterly, 18*, 171-201.
- DeMaris, A. (1989). Attrition in batterers' counseling: The role of social and demographic factors. *Social Service Review, 63*, 142-154.
- Derogatis, L. R. (1993). BSI: Brief Symptom Inventory: *Administration, scoring and procedures manual*. Minneapolis, MN: Natural Computers System.
- Duplantis, A., Romans, J., & Bear, T. (2006). Persistence in domestic violence treatment and self-esteem, locus of control, risk of alcoholism, level of abuse, and beliefs about abuse. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 13*, 1-18. doi:10.1300/J146v13n01_01
- Eckhardt, C., Holtzworth-Munroe, A., Norlander, B., Sibley, A., & Cahill, M. (2008). Readiness to change, partner violence subtypes, and treatment outcomes among men in treatment for partner assault. *Violence and Victims, 23*, 446-475. doi: 10.1891/0886-6708.23.4.446
- Feder, L., & Wilson, D. (2005). A meta-analytic review of court-mandated batterer intervention programs: Can courts affect abusers' behavior? *Journal of Experimental Criminology, 1*, 239-262. doi: 10.1007/s11292-005-1179-0
- Ferrer-Perez, V., & Bosch-Fiol, E. (2016). Batterer intervention programs in Spain: An analysis of their effectiveness. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 62*, 1-13. doi: 10.1177/0306624X16672455
- Fife-Schaw, C. (2000). Levels of measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, & C. Fife-Schaw (Eds.), *Research methods in psychology* (2nd ed., pp. 147-157). London, England: Sage.
- Gastaud, M., & Nunes, M. (2010). Abandono de tratamento na psicoterapia psicanalítica: em busca de definição. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 59*, 247-254.
- Gonçalves, A. R., & Cunha, O. (2018). Agressores nas relações de intimidade: O olhar da psicologia. In I. Dias (Coord), *Violência doméstica e de gênero: Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 207-221). Lisboa: Pactor.
- Gover, A., Jennings, W., Davis, C., Tomsich, E., & Tewksbury, R. (2011). Factors related to the completion of domestic violence offender treatment: The Colorado experience. *Victims &*

- Offenders: An International Journal of Evidence-based Research, Policy, and Practice*, 6, 137-156. doi: 10.1080/15564886.2011.557323
- Hamel, J., Ferreira, R., & Buttell, F. (2015). Gender and batterer intervention: implications of a program evaluation for policy and treatment. *Research on Social Work Practice*, 27, 405-412. doi:10.1177/1049731515577451
- Jewell, L., & Wormith, J. (2010). Variables associated with attrition from domestic violence treatment programs targeting male batterers: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 37, 1086-1113. <https://doi.org/10.1177/0093854810376815>
- Kropp, P. R., & Hart, S. D. (2000). The spousal assault risk assessment (SARA) guide: Reliability and validity in adult male offenders. *Law and Human Behavior*, 24, 101-118. doi:10.1023/A:1005430904495
- Labriola, M., Rempel, M., O'Sullivan, C., & Frank, P. (2007). Court responses to batterer program non-compliance: A national perspective. *Report submitted to the National Institute of Justice, Washington, DC.*
- Lauch, K., Hart, K., & Bresler, S. (2017). Predictors of treatment completion and recidivism among intimate partner violence offenders. *Journal of aggression, maltreatment & trauma*, 26, 543-557.
- Levesque, D. A. (2006). *Processes of resistance in domestic violence offenders*. Washington, DC: NCJRS, U.S. Department of Justice.
- Lila, M., Gracia, E., & Catalá-Miñana, A. (2017). More likely to dropout, but what if they don't? Partner violence offenders with alcohol abuse problems completing batterer intervention programs. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-24. doi: 10.1177/0886260517699952
- Mach, J., Cantos, A., Weber, E., & Kosson, D. (2017). The impact of perpetrator characteristics on the completion of a partner abuse intervention program. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-27. <https://doi.org/10.1177/0886260517719904>
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2007). *Manual do inventário de violência conjugal (I.V.C.) e da escala de crenças sobre violência conjugal (E.C.V.C.)*. Braga, Portugal: Psiquilíbrios Edições.
- Manita, C. (2005). *Estudo preliminar de caracterização da intervenção com agressores no contexto da violência em Portugal*. Lisboa, Portugal: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros.

- Manita, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal. Intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova, 1*, 21-32.
- McMurran, M., Huband, N., & Overton, E. (2010). Non-completion of personality disorder treatments: A systematic review of correlates, consequences, and interventions. *Clinical Psychology Review, 30*, 277-287.
- McMurran, M., & Theodosi, E. (2007). Is treatment non-completion associated with increased reconviction over no treatment? *Psychology, Crime & Law, 13*, 333-343.
doi:10.1080/10683160601060374
- Olver, M., Wormith, J., & Stockdale, K. (2011). A meta-analysis of predictors of offender treatment attrition and its relationship to recidivism. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 79*, 6-21.
- Organização Mundial de Saúde (OMS) (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Geneva, WHO Publications.
- Pence, E., & Paymar, M. (1993). *Education groups for men who batter: The Duluth Model*. New York, NY: Springer.
- Pike, C., & Buttell, F. (2002). Investigating predictors of treatment attrition among court-ordered batterers. *Journal of Social Service Research, 28*, 53-68.
https://doi.org/10.1300/J079v28n04_03
- Raghavan, C., Rajah, V., Gentile, K., Collado, L., & Kavanagh, A.M. (2009). Community violence, social support networks, ethnic group differences, and male perpetration of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence, 24*, 1615-1632. doi:10.1177/0886260509331489
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Santos, P. J. (2008). Validação da Rosenberg Self-esteem Scale numa amostra de estudantes do ensino superior. In A. P. Noronha, C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins, & V. Ramalho (Orgs.), *Avaliação psicológica: Formas e contextos* (Vol. XIII). Braga, Portugal: Psiquilibrios Edições.
- Sartin, R., Hansen, D., & Huss, M. (2006). Domestic violence treatment response and recidivism: A review and implications for the study of family violence. *Aggression and Violent Behavior, 11*, 425-440. doi:10.1016/j.avb.2005.12.002

- Scott, K., King, C., McGinn, H., & Hosseini, N. (2011). Effects of motivational enhancement on immediate outcomes of batterer intervention. *Journal of Family Violence, 26*, 139- 149. doi:10.1007/s10896-010-9353-1
- Serra, A. V. (1986). O inventário clínico de auto-conceito. *Psiquiatria Clínica, 7*, 67-84.
- Serra, A. V. (1987). Um estudo sobre coping: O inventário de resolução de problemas. *Psiquiatria Clínica, 9*, 301-316.
- Sistema de Segurança Interna (2019). *Relatório anual de segurança interna 2018*. Lisboa, Portugal: Ministério da Administração Interna.
- Taft, C., Murphy, C., Elliott, J., & Morrel, T. (2001). Attendance-enhancing procedures in group counseling for domestic abusers. *Journal of Counseling Psychology, 48*, 51-60. doi:10.1037//0022-0167.48.1.51
- Timko, C., Valenstein, H., Stuart, G., & Moos, R. (2015). Substance abuse and batterer programmes in California, USA: factors associated with treatment outcomes. *Health and Social Care in the Community, 23*, 642-653. doi: 10.1111/hsc.12178
- Wierzbicki, M., & Pekarik, G. (1993). A meta-analysis of psychotherapy dropout. *Professional Psychology: Research and Practice, 24*, 190-195.
- Zemore, S. (2012). The effect of social desirability on reported motivation, substance use severity, and treatment attendance. *Journal of Substance Abuse Treatment, 42*, 400-412. doi:10.1016/j.jsat.2011.09.013

Anexos

Anexo A



Universidade do Minho
Conselho de Ética

Conselho de Ética - Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CE.CSH 102/2018

Título do projeto: Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade: Preditores de Dropout

Investigador(a) Responsável: Andreia Fernandes da Silva, Mestrado Integrado em Psicologia, Universidade do Minho; Doutora Olga Cunha (orientadora), Universidade Lusíada do Porto/Universidade do Minho; Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves (coorientador), Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

O Conselho de Ética analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado Intervenção com Perpetradores de Violência na Intimidade: Preditores de Dropout.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, o Conselho de Ética nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável.

Braga, 7 de janeiro de 2019.

A Presidente do CEUMinho

Assinado por: **GRACIETTE TAVARES DIAS**
Num. de Identificação Civil: BI071230157
Data: 2019.01.18 14:48:09 Hora padrão de GMT

